



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 16

Sessão Ordinária de Junho

2.ª Reunião de 07-07-2010

Aos sete dias do mês de Julho de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Catarina Marques Rocha Barreto, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Anabela de Almeida Saraiva, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Olinto Henrique da Cruz Ravara, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro e Artur Paulo Madaíl Lobo.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira (chegou às 21:00 horas), Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa, João Francisco Carvalho de Sousa e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Maria Celina Capão Lourenço França Alves e Paulo Jorge Teixeira de Jesus, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques, Artur Paulo Madaíl Lobo, Anabela Almeida Saraiva, e Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro, respectivamente.

O sucedâneo na lista de candidatura, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, apresentou escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e David Paiva Martins, se fizeram substituir nesta reunião por, Firmino Marques Ferreira e Catarina Marques Rocha Barreto, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa ⁰²

PONTO 2. – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL E BENEFÍCIOS FISCAIS – MOTOMIG, LDA.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 02/06/2010, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal
Vereador Carlos Santos ⁰³

Membros da Assembleia
Presidente da Mesa ⁰⁴
Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁵

(Entrou na sala o Vogal Carlos Francisco da Cunha Picado)

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰⁶

(Entrou na sala o Vogal Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro)

Vogal Ernesto Barros (CDS/PP) ⁰⁷
Presidente da Mesa ⁰⁸
Vogal António Salavessa (PCP) ⁰⁹
Presidente da Mesa ⁰¹⁰

Após as intervenções e dada a explicação do Vice-presidente da Câmara, o Presidente da Mesa com anuência do plenário, retirou da Ordem do Dia o ponto 2. - Declaração de Interesse Municipal e Benefícios Fiscais, Motomig Lda.

PONTO 3. – APRESENTAÇÃO RELATÓRIO DA COMISSÃO EVENTUAL DE ACOMPANHAMENTO, PARA A INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO-BIOLÓGICO.

(O [relatório](#) sobre o assunto em epígrafe, foi elaborado em 22/06/2010 pela Comissão, e distribuído a todos os membros desta Assembleia, fazendo parte do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento da UTMB
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰¹¹

“Senhores deputados, de um conjunto de reuniões de trabalho da Comissão, só para dizer o seguinte — e por isso o relatório da Comissão foi distribuído. Eu gostaria de realçar alguns dos aspectos deste relatório.

Primeiro aspecto é que esta Comissão Eventual de Acompanhamento da instalação da Unidade Tratamento Mecânico Biológico, foi deliberada a sua constituição no dia 3 de Março de 2010 (na altura da nossa Sessão Ordinária de Fevereiro) e dela constava um elemento de cada bancada, mais um representante da Mesa. Por isso fizeram parte o Dr. Miguel Capão Filipe, eu próprio, o Dr. Nuno Marques Pereira, o Eng.º Ernesto Barros, o nosso colega do BE Ivar Corceiro e também o nosso colega do PCP António Salavessa. Esta Comissão desenvolveu os seus trabalhos durante três reuniões. Uma primeira no dia 31/03 de 2010, onde se decidiu que se devia ouvir o Dr. Alberto Santos, enquanto Administrador da ERSUC. E aproveitando também essa oportunidade de podermos falar com o Administrador da ERSUC também convidámos para estar presente, e também para nos prestar os esclarecimentos do ponto de vista da Câmara Municipal de Aveiro o Senhor Vereador do Pelouro do Ambiente, o Dr. Pedro Ferreira.

O Relatório descreve um conjunto de informações que o Administrador da ERSUC prestou à Comissão e que eu me escuso de estar aqui a detalhar, porque gostaria só de realçar um ponto que realmente é um ponto importante daquilo que foi dito ou dois pontos vá lá.

O primeiro é dizer que, está a decorrer dentro do prazo previsto a Instalação da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico. Há um pequeno atraso que tem a ver só com o mau tempo que decorreu, que houve na altura do Inverno, em que houve muita chuva e por isso há um atraso segundo o Administrador de cerca de seis meses, mas que se prevê que a UTMB possa estar a funcionar em Março de 2011. E esta data é uma data importante, Março de 2011.

Porque a questão que esta primeira reunião nos levantou, prende-se com as acessibilidades à Estação de Tratamento Mecânico-Biológico. Isto porque segundo o Administrador da empresa, o que acontece é que a ERSUC tem tudo pronto para a adjudicação da abertura e pavimentação de um arruamento municipal de acesso, mas que ainda não foi construído. Questionado pela Comissão porque razão é que este arruamento ainda não foi construído, porque a Comissão acha que é muito importante haver um arruamento dedicado a este fim, foi-nos dito que a Câmara ainda não tinha aceite porque a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima teria um outro traçado alternativo que gostaria mais de ver implementado. Posto isto, a Comissão, decidiu que deveria então também ouvir o Senhor Antero Marques, enquanto Presidente da Junta da Freguesia da Nossa Senhora de Fátima, e por isso no dia 14 de Abril procedeu-se a uma segunda reunião, onde o Senhor Antero nos esteve a mostrar a posição da Junta de Freguesia no que diz respeito ao arruamento que a ERSUC prevê construir e também aquela que é a proposta da Junta de Freguesia.

Perante este cenário, a Comissão resolveu fazer uma terceira reunião no dia 22 de Junho de 2010 e foi nessa reunião de 22 de Junho de 2010 que elaborou o presente relatório que então foi distribuído e cujas conclusões pela importância que têm, eu gostaria de aqui referir.

A primeira é que, realmente a instalação da Unidade de Tratamento Mecânica ou Biológica, segundo a Comissão, está a decorrer dentro do plano do empreendimento previsto, excepto quanto à construção do tal arruamento que já me referi, que deveria estar a funcionar como ligação directa entre o início da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e as futuras instalações da UTMB. A Comissão entende que a existência deste arruamento é imprescindível — pelo que a sua construção antes que a Unidade de Tratamento Mecânica ou Biológica esteja a funcionar em Março de 2011 terá que ser uma realidade.

E a este propósito, a Comissão propõe que haja realmente um entendimento com a máxima urgência dado este prazo de Março de 2011, entre as diferentes entidades envolvidas neste processo, que neste caso, são a Câmara Municipal de Aveiro, a própria ERSUC, e também ouvindo a Junta de Freguesia, para que no plano técnico se possa encontrar uma solução que vá ao encontro das expectativas de todas as partes.

E caso a solução seja a preconizada pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, a Câmara deverá como é obvio elaborar com carácter de urgência um estudo técnico para a sua construção, de modo a que esteja funcional em Março de 2011.

A não construção de uma via de acesso directa à UTMB, implica a utilização de estradas municipais que atravessam centros populacionais, principalmente em Mamodeiro, que põem em risco pessoas e bens. Por isso, seja a estrada que neste momento está planeado construir, seja a estrada proposta pela Junta de Freguesia, seja uma outra, é necessário que haja na realidade uma estrada dedicada ao acesso à Estação de Tratamento Mecânico–Biológico.

A utilização da estrada N235 para acesso às instalações da Unidade de Tratamento, tal como é proposto pelo traçado original, acarreta também ela a passagem por uma via municipal já sobrecarregada pelo tráfego viário, velocípedes e peões, pelo que a Comissão reforça a sua preocupação — que é também a preocupação da Junta de Freguesia.

Ainda no que se refere às acessibilidades, a Comissão lamenta também e quer aqui reforçar o facto que era suposto que estivesse construída a via rápida Aveiro/Águeda e também a construção do nó na auto-estrada A1 na confluência destas duas vias, e que eram pressupostos para a instalação da Unidade de Tratamento Mecânica–Biológica no concelho de Aveiro, e que parece que não vão ser uma realidade nos tempos mais próximos — e isso também deve ser para nós uma preocupação.

Deve também ser garantido um efectivo acompanhamento e monitorização desde já na fase de construção, designadamente nas várias componentes ambientais. Seja na qualidade do ar, seja no ruído, seja em afluentes líquidos, seja a ver relatórios de progresso da construção, respectivas análises e outros dados técnicos. A Comissão entende pelo exposto que deve continuar por parte da Assembleia Municipal de Aveiro a monitorização, propondo por isso que a Comissão continue em funções pelo menos até que seja concluído o período de ensaio do sistema, estimado para Setembro de 2011.

E caso continue em funções, e para um melhor acompanhamento de todo o processo, a Comissão solicita à Câmara Municipal de Aveiro que a possam dotar de documentos técnicos e estudos em que se suporta a instalação da UTMB, e reforça o pedido para que sejam proporcionadas visitas ao local da instalação, de modo a que o acompanhamento possa ser exercido de uma forma ainda efectiva.

Gostaria só, antes mesmo de terminar de dizer o seguinte: realçar o facto de esta posição ter sido tomada por consenso entre todos os elementos da Comissão, que se entendeu muito bem quanto àquilo que era o objectivo e o interesse municipal.

E por último, lamentar o facto de enquanto estive a intervir ter havido sempre um ruído de fundo, principalmente do lado da bancada do Partido Socialista, que lamento alhear-se deste processo desta maneira! Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰¹²

Vogal Antero Santos (IND) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹³

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros colegas Presidentes de Junta de Freguesia e público em geral. Quanto ao assunto em questão, de momento o que me cabe dizer e informar é o seguinte: há três propostas a serem estudadas que são a solução A); a solução B); e a solução C).

A solução alternativa A) proposta no estudo de incidências ambientais está definitivamente posta de parte. Não concordamos com ela. Quanto às outras duas situações, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Aveiro na pessoa do Senhor Presidente, já estivemos no terreno a estudar a melhor maneira de tentar resolver o problema. Estou muito esperançado num acordo que satisfaça a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e a ERSUC — trabalhando com honestidade, transparência e salvaguardando os direitos e interesses dos cidadãos da minha freguesia. É o que de momento me cabe dizer. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰¹⁴

Vogal Antero Santos (IND) ⁰¹⁵

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰¹⁶

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁷

“Um pedido de esclarecimento ao senhor Antero porque, o senhor Antero esteve na reunião da Comissão e deixou à Comissão um mapa que tem duas estradas, não tem três. Tem duas! E tem estrada que é proposta pela ERSUC que é uma estrada que tem o seu início na EN235 a Sul da Igreja de Mamodeiro, qualquer coisa como 200 metros, junto de uma bifurcação a Sul, na estrada que depois vai para Mamodeiro e vai para Requeixo. É aí que tem o seu início.

E depois tem a proposta, a alternativa, que é a alternativa que a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima propõe, que é uma estrada que começa no prolongamento da variante que vem da A17 e que chega à zona da Arrota e que em princípio continuaria em frente indo mais por norte até UTMB. São estas as duas propostas que chegaram à Comissão pelo próprio Senhor Presidente da Junta de Nossa Senhora de Fátima. Agora essa terceira alternativa é que para os elementos da Comissão desconhecem!”

Vogal Antero Santos (IND) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁸

“Não foi apresentada, mas há cerca de 15 dias já estava iniciada, só foi feita uma correcção de trajecto, mas já existia. Já existia. Eu tenho pena de não ter trazido os desenhos, porque pensei eles não serem precisos. Mas essas três soluções estão no desenho que não foi fornecido.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁹

“Havendo essa terceira e tendo conhecimento dela na altura, porque é que essa terceira não foi apresentada à Comissão?”

Vogal Antero Santos (IND) ⁰²⁰

Vogal Ernesto Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²¹

“O trabalho das Comissões que são eleitas nesta Assembleia, que eu julgo que é uma Assembleia séria, não pode ser discutido desta forma. Portanto se as Comissões tiveram três reuniões, tiveram quatro reuniões, perderam o seu tempo, estudaram os problemas, como é que agora no dia da apresentação do nosso relatório final e conclusivo, vem alterar tudo isto que nós estivemos a discutir? Isto não pode ser uma brincadeira. Nós temos que levar isto muito a sério meus senhores. Ou assumimos a Assembleia ou vamos todos embora e fechamos a porta que é o melhor e poupamos quatro mil euros à autarquia por cada sessão. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa ⁰²²

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²³

“Haja calma senhores deputados, haja calma. Uma Comissão funciona de acordo com a informação que lhe é disponibilizada e se faz documentos data-os — e este documento está

datado. Se há novidades a seguir a esta data mais uma razão para reforçar a proposta que está implícita neste documento de continuação dos trabalhos.

Acho é que o trabalho que foi feito, dizer que a parte dos acessos é uma parte importante, e não nos vamos perder agora numa criação de uma nova proposta. Portanto há um conjunto de apreciações de conclusões que não se esgotam nos acessos e que destacam que a constituição desta Comissão resultou positiva para o conhecimento (penso) do problema e do conjunto de questões que estão em cima da mesa com este processo, para o conjunto das forças políticas representadas na Assembleia e por seu intermédio para os cidadãos de Aveiro. E eu sublinho e destaco o traço fundamental no que diz respeito aos acessos. É que deve haver entendimento entre as três partes e as três partes é a Câmara, a ERSUC e a Junta de Freguesia, para encontrar uma solução.

Agora o que é importante é encontrar mesmo uma solução e evitar que a Unidade comece a laborar sem os acessos estarem prontos — é esse o ponto fundamental das conclusões. Não é a), b) ou c), é que haja uma solução e quando aquilo arrancar em Março do próximo ano se forem cumpridos os prazos previstos, que não haja a sobrecarga de trânsito nas vias municipais que já estão a ser sobrecarregadas hoje com a construção e que esse assunto esteja resolvido.

O essencial por parte da Comissão é o acompanhamento do processo por forma a que aquilo que ali surja e após surgir o seu funcionamento responda aos compromissos ambientais que estão associados à construção da Unidade. Dai aquilo que eu destacava disto, penso que o relatório é claro. É um relatório que faz o ponto da situação na data em que é elaborado, portanto em 22 de Junho. Se já aconteceu alguma coisa depois disso não pode estar aqui plasmado como é óbvio. E se surgirem dados novos apenas reforça a ideia da continuação da Comissão que eu acho que deve ser autorizada por esta Assembleia.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁴

“Bem em primeiro lugar eu gostava de destacar que aquilo que me parece evidente, através das declarações que foram feitas e que estão muito bem postas no relatório, que foram feitas na Comissão de Acompanhamento, é que houve uma falha de comunicação entre a Câmara, a ERSUC e a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. Isto porque através das palavras do Administrador da ERSUC Dr. Alberto Santos, pareceu-me que estava perfeitamente convencido que a obra da acessibilidade podia começar imediatamente! E depois acho que ficámos todos surpreendidos com as reticências colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Nossa Senhora de Fátima. E portanto faço votos que essa comunicação melhore no futuro e se tenha em conta a confusão que entretanto se instalou aqui relativamente à acessibilidade.

Gostava também de falar de uma questão que se pôs e que terá passado mais ou menos despercebida. Gostava de chamar a atenção do executivo para esse facto. É que foi-nos dito que por causa traçado do TGV na área onde está a ser feito o investimento, um dos aterros vai perder espaço considerável. Não nos foi dito quanto pelo Senhor Administrador; vai-se perder algum espaço. E portanto, pode eventualmente estar aqui em causa a durabilidade do investimento e seria de bom-tom que a Câmara acompanhasse com algum cuidado. E o BE apela a que a Câmara acompanhe com alguma atenção esse facto. Para além disto, achamos também que há uma leitura política a fazer disto. Diz o relatório e segundo palavras do mesmo Administrador, que a quantidade de lixo a entrar por ano estima-se em 190 mil toneladas.

Diz o mesmo relatório que os refugos resultantes do tratamento do lixo serão na ordem dos 20 a 30%, sendo as percentagens restantes totalmente recicladas! E a leitura política que eu acho que se tem que fazer aqui e já que se tem falado tanto e vai-se falar mais de sustentabilidade nesta Assembleia é precisamente sobre a sustentabilidade e a economia de mercado num modelo neoliberal, ou diria eu em sustentabilidade.

É que a política seguida actualmente em Portugal e em quase todo o mundo, visa precisamente um modelo de produção de desperdício. E é um modelo que só se sustem no consumo cada vez maior de desperdício. E quando eu falo de desperdício, é muito fácil dar um exemplo, qualquer pessoa que comprava um parafuso há vinte anos, comprava só o parafuso, agora para comprar dois parafusos traz uma embalagem cheia de plástico e cartão e é por causa disso que este modelo económico se está a tornar insustentável do ponto de vista ambiental e também social. Mas é fácil também concluir assim: que este lixo que justifica um investimento destes é essencialmente produzido pelas grandes superfícies comerciais. Mas não são estas superfícies comerciais que pagam a produção do lixo que fazem; são os cidadãos neste momento que estão a pagar as taxas. E estão a pagar através de uma forma que para mim até é tecnicamente injusta porque é através da conta da água que chega todos os meses à casa de cada um.

E portanto a conclusão que se tira daqui é fácil: é que o lixo que está a ser produzido pelas grandes superfícies está a ser pago pelos cidadãos. E dado que o mesmo relatório diz que o investimento de cerca de cem milhões de euros, por um período de concessão de vinte e cinco anos, se prevê ser amortizado em vinte anos, creio que é fácil concluir que é injusta a taxação sobre os cidadãos para o Tratamento de Resíduos Sólidos. E aquilo que o BE acha que devia acontecer já, por uma questão de justiça, era que os cidadãos, que os municípios, deixassem de pagar imediatamente essa taxa. Aqui pôr-se-ia a nu a incapacidade que a Câmara tem neste momento de reagir sobre a conta da água por causa da sua entrada na AdRA. Tenho dito, muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁵

“Senhor Presidente, excelentíssima Câmara, Senhores deputados boa-noite. Apenas para sublinhar aqui alguns aspectos. De facto para reiterar que o relatório que foi presente aos senhores deputados, espelha com rigor aquilo que se passou ao longo destas reuniões. O conjunto de conclusões que são aqui inscritas, reflectem de facto as preocupações que nós tivemos ao longo destas três reuniões de trabalho. E concluimos que de facto é importante que esta Comissão continue a fazer o seu trabalho. E de facto este é um ponto que eu queria sublinhar porque eu penso que esta Assembleia Municipal deve continuar a desempenhar essa função e a dar contas aos municípios do que é que se está a passar no âmbito da construção da Unidade de Tratamento Mecânico – Biológico.

Mas eu diria mais e acho que é o momento oportuno para o fazer também. O momento da construção é um momento passageiro. O grande desafio vai ser saber se a Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico, cumprirá todos os requisitos de funcionamento de forma a se evitarem danos para o Ambiente. Esse é que será o grande desafio.

E portanto, para além de todas as questões, enfim importantes seguramente, para a viabilidade económica ou financeira do empreendimento, para além da questão óbvia dos tratamentos de resíduos está também em causa. Porque a Unidade se situa no nosso município, devemos ter uma preocupação adicional com as questões ambientais. E eu penso que esta Assembleia através da sua Comissão tem a responsabilidade de procurar uma solução que seja compreensível a todos os cidadãos, da forma como se irá monitorizar a sua implementação. Recordo que a Unidade de Tratamento e o aterro que está previsto complementarmente à Unidade, está em cima do aquífero de Aveiro, e tem influência nas ribeiras que lá passam nas suas imediações. Há a fonte da Guia e há obviamente a questão do cheiro. É importante que os cidadãos saibam quais são os verdadeiros impactos que podem vir a ter de uma má utilização da Unidade de Tratamento, para que todos possamos ser exigentes com o seu funcionamento. Isto é um ponto.

Segundo ponto, a questão viária. A questão viária tem várias dimensões. Primeira dimensão, o investimento complementar à construção da Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico, que

é como os senhores deputados sabem a construção do eixo Aveiro/Águeda. Uma das razões pelas quais Aveiro recebe este empreendimento e se não recebesse, receberia Águeda, é que existe uma solução viária nova, que escoa os camiões que tem que ir à Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico. E eu queria enfatizar esta questão porque de facto há a percepção de que o eixo Aveiro/Águeda poderá sofrer algum atraso, até porque não devemos esquecer que ele foi inscrito no Plano Rodoviário Nacional única e exclusivamente porque se ia construir a Unidade de Tratamento Mecânico Biológico e por mais nenhuma razão que essa.

E portanto é preciso que a Assembleia alerte a Câmara e a Câmara diligencie da forma que entender, em que situação é que está essa construção. Segundo ponto, enquanto esta estrada não é feita, os camiões têm que passar, quer para a construção quer para o seu funcionamento, enquanto o eixo Aveiro/Águeda não estiver concluído. E isso traz diversos problemas. Seguramente problemas de qualidade de vida porque são utilizadas estradas que passam no coração de algumas populações, estou-me a lembrar de algumas, uma inclusivamente que fica em Oliveirinha, que porventura é mais afectada, com 79 camiões por dia. Mas também há a degradação do piso dada a pressão viária que este trânsito exige. E neste momento estão as estradas naquela parte do concelho já bastante degradadas em virtude da construção da Unidade de Tratamento. E é preciso responsabilizar o promotor, que em tempo útil deve debelar esses problemas porque são problemas graves que afectam diariamente milhares de cidadãos aveirenses.

Terceiro ponto, aquilo que foi focado aqui pelo senhor Antero. Eu tinha de memória do mandato passado que uma (e vou utilizar o termo que não gosto, mas para facilitar a compreensão de todos) das contrapartidas ou melhor investimentos de contrapartida à instalação da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico em Aveiro, era a construção de um eixo viário que sairia próximo da A17 e que cortaria a parte interior do concelho até Eirol.

Devo confessar a minha limitação de memória, mas eu não tinha presente qual era o traçado, mas sabia de onde ele partia, porque eu tenho o apontamento na discussão de Câmara que era este eixo. Enfim, é uma planta que já andou a circular, era um destes eixos. Aquilo que o senhor Antero transmitiu na Comissão é que havia um novo traçado a sul que passaria perto da igreja de Mamodeiro. E referiu-se também (e eu desconhecia também esse facto) que a ERSUC já tinha elaborado um projecto e inclusivamente já o tinha pago para se fazer um determinado traçado — que eu confesso não percebi exactamente qual. A minha pergunta é esta: eu conheço razoavelmente bem o funcionamento da ERSUC e eu não estou a ver a Administração da ERSUC, tendo pago um projecto de estrada, agora pagar outro para se satisfazer enfim uma outra vontade.

E em relação a esta matéria eu queria ser muito claro. A Câmara tem que responder hoje, qual a solução ou quais as diligências que estão a ser tomadas ou que irão ser tomadas para definitivamente todos saberem qual é o traçado que se pretende construir, até porque isto é uma questão de planeamento e abrir-se uma estrada mais 200m para o lado ou 200m para o outro, implica com propriedade privada, que seguramente terá mais-valias urbanísticas e os proprietários quererão saber se ficam com terrenos à borda de estrada ou não? Ou quererão saber por onde é que passará o traçado, se é mais perto, se é mais longe, se satisfará ou não bem o serviço à Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico.

Quarta questão em relação a esta matéria em relação às estradas. É importante que de uma vez por todas, todos possamos saber quais são os investimentos a nível viário que serão feitos em virtude de nós recebermos a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico. Por outras palavras: não houve solidariedade regional por parte dos outros municípios nesta matéria e Aveiro novamente recebeu o tratamento de lixo depois de doze anos de aterro de Taboeira. E o que os aveirenses precisam de saber é o seguinte, quais foram os investimentos que minoram o impacto de nós aveirenses termos recebido novamente o tratamento dos lixos. E não são seguramente só investimentos ao nível viário poderá haver outros. Eu não sei quais são, mas quero crer que o Senhor Presidente saberá e terá negociado outros porque ninguém pode

sustentar e acreditar que nós, em Aveiro, tenhamos recebido uma Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico, depois de doze anos do aterro de Taboeira, sem termos alguns investimentos que pelo menos satisfaçam alguns interesses das populações aveirenses.

E é muito importante que hoje nós possamos saber quais foram as diligências tomadas por esta Câmara Municipal para que eu possa dizer e saber e ficar descansado, que pelo menos houve um bom negócio para Aveiro para sermos novamente sobrecarregados.

Termino só para dizer o seguinte: o estudo de incidências ambientais que foi mandado executar constava de 41 hectares. 41 hectares são muitos campos de futebol! Os 41 hectares estão integralmente na freguesia de Eirol que é uma freguesia (e vou dizer de peito aberto) cujo Presidente e Executivo da Junta é do Partido Socialista. Todas as outras freguesias em volta inclusivamente as do concelho de Águeda são do Partido Social-Democrata. Poderão dizer alguns, ali como o nosso colega Victor Martins, foi azar! O que eu quero saber é o seguinte: até ao dia de hoje a Freguesia de Eirol e os seus habitantes não sabem quais vão ser os investimentos compensatórios para receber aquela Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico, sendo que já hoje, ao dia de hoje, sofrem com a sua construção. E a Câmara tem a responsabilidade de dizer aos eirolenses e a todos os aveirenses quais são os investimentos que minoram o impacto desta Unidade de Tratamento nas suas vidas. Disse.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰²⁷

Vogal Sesnando Reis (PPD/PSD) ⁰²⁸

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰²⁹

Vogal Sesnando Reis (PPD/PSD) ⁰³⁰

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰³¹

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰³²

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰³³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) ⁰³⁵

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁶

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰³⁷

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) ⁰³⁸

Vogal João Pedro Dias (BE) ⁰³⁹

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) ⁰⁴⁰

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴¹

“Senhor Presidente, de facto este processo começou mal. Continua a ser um processo ainda muito nebuloso. De facto como todos sabemos, a implantação de uma Unidade de Tratamento Mecânica–Biológica, desqualifica (como aliás foi dito anteriormente) Aveiro e nomeadamente desqualifica o território (como foi reconhecido no estudo de impacto ambiental) das freguesias limítrofes e, portanto, abreviando aqui nesta parte, estou ansioso porque o Senhor Presidente da Câmara nos indique as contrapartidas que negociou para Aveiro ver implementado no seu território aquela Unidade.

E também gostaria de saber os desenvolvimentos que têm sido feitos, de acordo com o Sr. Dr. Pedro Ferreira chamava, o cluster do lixo, que queria desenvolver em Aveiro! Mas como na altura ouvi o Sr. Dr. Pedro Ferreira dizer enfim, porque o Senhor Presidente não fala não é, foi ele que falou na altura, estava honrado por receber este investimento!?! Estou convencido que também nesta matéria nos tem de explicar e de nos dizer quais foram as contrapartidas negociadas.

Mas essa discussão que aqui foi trazida um bocado trapalhona das acessibilidades deixa-me a mim um bocado preocupado. E deixa-me preocupado porque me cheira, por aquilo que vou dizer, que ao invés de Aveiro receber contrapartidas, ou ao invés dos municípios aveirenses

receberem contrapartidas pela instalação daquela Unidade, enfim nas mais várias formas, ainda vão ter que pagar para aquela Unidade para ser implantada. Se não vejamos: do que eu compreendi há duas soluções, uma a Norte proposta pela freguesia inicialmente uma a Sul, proposta pela ERSUC. É fácil de verificar só pelo mapa que aqui temos que, a da ERSUC é boa para a ERSUC, porque como é óbvio, grande parte ou quase totalidade do grande trabalho que era para fazer na estrada está feito, já é estrada municipal. Enquanto a solução Norte, é uma solução mais custosa, porque tem muito menos estrada já feita e partes estruturadas. E certamente até é necessário expropriar alguns terrenos etc., etc., etc..

Isto é, a ERSUC não vai sair da sua solução porque como é óbvio é-lhe muito mais barata e de facto eles querem trazer para cá o lixo, mas de forma económica, o mais económica possível para a empresa poder apresentar grandes lucros ao fim do ano — obviamente à conta dos aveirenses.

E ao que parece, foi o que eu entendi, que agora há uma terceira solução apresentada pela Câmara ou próximo disso, que vai tentar conciliar as duas. Vai tentar conciliar a posição da ERSUC que quer gastar o menos dinheiro possível e satisfazer de alguma forma os habitantes da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, isto é, sai portanto no que é ali ao fim da Rua de São Bento, naquele cruzamento, a estrada de ligação. Mas depois em vez de fazer aquele cerco pelo Norte vai ligar à solução Sul, que é para aproveitar a parte da estrada municipal que já está feita, e que não necessitará de tantos problemas, de tantos investimentos como esta primeira solução Norte.

Mas cheira-me que no meio disto tudo, muito sinceramente e o Senhor Presidente da Câmara nos vai explicar, certamente ele dirá de sua justiça, mas cheira-me que ainda vai ser a Câmara de Aveiro que vai ter de pagar essa ligação entre a solução Norte e a solução Sul. E isso é algo que me deixa perfeitamente, sei lá, nem encontro a palavra, deixa-me muito preocupado. Porque uma coisa que é má para o concelho, que traz consequências ambientais profundamente negativas, que traz uma meia dúzia de empregos de terceira, a escolher lixo e pouco mais, que obriga a que as pessoas durante a cheirarem todos os dias os lixos dos camiões que passam à porta, que vai deteriorar ainda mais as nossas tão deterioradas ruas e estradas municipais, enfim eu estou preocupado que eles em vez de darem alguma coisa, trazerem alguma coisa, alguma contrapartida a todas essas influências e todas essas consequências negativas, ainda façam com que os aveirenses tenham de pagar parte para que a Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico possa funcionar.

Quanto à estrada Aveiro/Águeda. É obvio que é uma estrada importante, que é uma estrada importante e que foi anunciada (e se bem se lembra), essa até é fácil de fazer, porque essa como foi anunciada logo é para pagar portagens.

E portanto essa até pode ser concessionada a uma dessas concessões quaisquer, porque como é para pagar portagens, é um investimento a médio–longo prazo. Mas é bom que se diga, essa estrada nada tem a ver com algo negociado no âmbito da Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico. Estava prevista antes disso. É um desejo comum dos municípios de Aveiro e do município de Águeda desde há muito tempo.

Foi dito pelo Senhor Ministro que queria iria ser construído e irá ser a seu tempo, embora todos saibamos que a situação económica neste momento não é a melhor. E mais, é fácil fazê-la porque certamente basta que seja colocada a concessão em concurso e haverá mesmo assim neste país de gente que hoje está toda com grandes dificuldades económicas, como é comum na Europa, como também acontece na Europa e no mundo e mesmo assim haverá obviamente quem lhe pegue e quem a construa. Foi isso que foi prometido e é isso que certamente será feito.

E eu gostaria, pela estima que lhe tenho e não sei quantas mais, ao Senhor Manuel Prior, que de facto ele arrei no Governo em quem deve arrear, porque há pessoas que se calhar merecem (vejamos isto politicamente correcto). Mas dizer mal do Eng.º Mário Lino e da sua actuação enquanto Ministro, relativamente àquilo que fez em Aveiro, é de facto uma grande injustiça.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) ⁰⁴²

“Eu não disse mal do Ex-Ministro Mário Lino nem da sua equipa. Eu referi aquilo que prometeu e espero que o Governo actual, do qual ele não faz parte, cumpra.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴³

“Senhor Presidente. Bom, só aqui breves referências a algumas das coisas que foram ditas e que eu acho que vale a pena também esclarecer.

Primeiro, houve na realidade um parecer que foi encomendado sobre a Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico e do impacto que poderia ter na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, foi encomendado pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. Houve realmente esse estudo. Esse estudo foi do conhecimento da Comissão.

Para além desse estudo também a Comissão analisou as respostas que a ERSUC fez ao referido estudo e achou-se que não trazia nada de novo àquilo que nós realmente nos propúnhamos trazer e dar a conhecer a esta Assembleia. Eu não queria dizer mais nada sobre este assunto.

Segunda nota tem a ver com o tal terceiro traçado. Disse o Senhor Presidente da Junta de Nossa Senhora de Fátima, que este terceiro traçado tem qualquer coisa como 15 dias. Quer dizer que o traçado já foi planeado depois da reunião da Comissão. Isto significa que a Comissão pelo menos já produziu alguma coisa que foi que houvesse uma iniciativa por parte das entidades que a Comissão acha que são mais competentes para tratar este assunto, que é a Junta de Freguesia, que é a Câmara Municipal e eventualmente a ERSUC, que se têm que entender neste assunto. E por isso este terceiro traçado já vem ao encontro daquilo que são as expectativas da Comissão de que realmente as entidades responsáveis se possam entender.

Mas também dizer que nenhuma destas vias é a via que a Comissão considera como a ideal para que seja feito o acesso à Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico. E por isso também por aqui me parece que realmente as coisas estão bem encaminhadas.

Agora eu gostava era de voltar a reforçar este assunto. É que é importantíssimo que seja qual for a estrada de acesso, a mesma esteja concluída. Por isso que não continuemos a protelar este assunto e que daqui a meio ano continuemos na mesma, a pensar qual é a estrada melhor, porque não queremos construir uma estrada qualquer. Eu penso que é preferível construir uma estrada, mesmo que não seja aquela que seja a ideal, mas que deve haver um acesso dedicado à Unidade de Tratamento Mecânico/ Biológico que não podem ser as estradas municipais a suportar todo este aumento de trânsito, ainda por cima trânsito de pesados, como é aquele que vai existir neste caso.

A Unidade de Tratamento Mecânico/Biológica quando foi pensada para ser instalada no município de Aveiro foi objecto de um grande debate. Um grande debate nesta Assembleia. Um grande debate por iniciativa dos partidos, estou-me a lembrar que o PSD fez também um debate com a Quercus, com outras entidades, fizemos isso na Junta de Freguesia de Oliveirinha, foi muito participado e foi importante.

Por isso não é por falta de debate que a Unidade de Tratamento Mecânica/Biológica está no município de Aveiro. E está no município de Aveiro porque se entendeu que esta Unidade, que obedecia e vai obedecer àquilo que são os princípios ecológicos preconizados pela própria Quercus na altura, e por isso também é isso uma mais-valia. Para além de toda a mais-valia que se pode tirar dos lixos, e como sabem hoje em dia as Unidades Industriais são pensadas desta maneira da reciclagem total, daquilo que são os seus subprodutos, e também por aí a Unidade de Tratamento Mecânico/ Biológica ser instalada nesta Zona Sul do Concelho de Aveiro pode ser uma Unidade que pode dar vitalidade à economia local. Também essa foi uma das razões que pesaram para a sua instalação. E que continuam, são razões que continuam válidas.

Agora longe de nós pensar que toda esta instalação não fosse complementada com um conjunto de acessos viários e durante todo o debate que se fez, sempre estiveram presentes as necessidades da ligação Aveiro/Águeda em perfil de auto-estrada, com um acesso ao nó da auto-estrada A1, e da necessidade da construção de um arruamento novo dedicado a este fim, a sair da zona de Nossa Senhora de Fátima e também a pavimentação de um conjunto de arruamentos adjacentes à própria Unidade de Tratamento Mecânico/Biológico. Porque já se sabia que todo este conjunto de obras iria danificar os pavimentos e por isso foram um conjunto de (que eu não posso chamar de contrapartidas de maneira nenhuma, porque não se trata de contrapartidas) investimentos complementares para a instalação justa da Estação de Tratamento Mecânica/Biológica.

Eu não sei se estas coisas estão escritas ou não estão escritas, porque para mim sempre foram óbvias e por isso sempre foram assumidas por todos os partidos aqui e pelo próprio Governo.

E por isso, quando o Governo agora por omissão, parece que está a dar o dito pelo não dito, isso é que me começa a preocupar. Porque eu acredito nas pessoas e acredito que nas pessoas quando se comprometem e fazem com que os outros avancem na sua boa fé. Não venham agora por trás já retirar a sua mão e dizer que afinal não foi bem isso que se disse ou nem se disse nada, nem está escrito nada, nem outras coisas assim.

Eu acredito na boa fé das pessoas, principalmente de quem nos Governa, apesar de muitas vezes as indicações parecerem que são exactamente o contrário, mas eu não quero acreditar nisso.

Eu não quero acreditar nisso também, porque eu entendo que é fundamental que o aterro neste momento que nós temos em Taboeira/Cacia, seja encerrado já.

E por isso, nós não podemos continuar sem esta Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, que vai passar a tratar os lixos da maneira correcta. Se esta Unidade não entrar já em funcionamento o que vai acontecer é que vamos continuar a sobrecarregar o aterro de Taboeira e parece-me que é demasiado grave e penalizador para o município de Aveiro que o aterro de Taboeira possa continuar ainda por mais algum tempo a exercer a sua função. Por isso eu espero que isso não aconteça de maneira nenhuma.

E por isso eu só acabava reafirmando aquilo que me parece que tem de ser a produtividade desta proposta e a produtividade desta discussão nesta Assembleia Municipal de Aveiro. É que saia daqui uma posição geral e de união entre todos nós, que tenha a ver com a construção já até Março de 2011, de uma estrada que ligue a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima até à Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico e toda a pressão para que a estrada Aveiro/Águeda volte ao Plano Rodoviário Nacional e que tenha como consequência também a abertura de um nó dedicado à Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico na confluência entre a estrada Aveiro/Águeda e a auto-estrada A1. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa ⁰⁴⁴

“Correu bem, deixe-me partilhar esse desassossego. É minha convicção o que referiu. Aliás é a minha convicção que a não concretização das acessibilidades atempadamente fará com que não seja autorizado o início da laboração, mas melhor o município saberá responder a isto.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁵

“Um pedido de esclarecimento. Estou como o Senhor Presidente, no fim quase que concordo com a posição que foi apresentada pelo Senhor Deputado Coimbra. Uma posição unânime para obrigar a que as acessibilidades sejam feitas conforme projectado e que seja (e aí estarei sempre a favor dessa posição) construído em perfil de auto-estrada de ligação Aveiro/Águeda. Agora Senhor deputado Coimbra, e era isso que lhe queria lembrar, chegou a estas conclusões assim um bocado retorcidas e às vezes fugiu-lhe a boca para a verdade. – Disse

durante o seu discurso (e queria que me confirmasse ou não) que esta Unidade de Tratamento Mecânico/Biológico é uma Unidade (eu aponte aqui) de reciclagem total!?

É que me parece Senhor deputado (mas o senhor me esclarecerá) que não é uma Unidade de reciclagem total. É uma Unidade de reciclagem de algumas coisas e depois de outras que vão para um aterro — que aliás é contíguo à Unidade, e é nesse aterro que está como sabe desde o princípio um dos grandes busílis da questão, não me esqueço que durante o seu discurso, pelo menos gostaria que me confirmasse se é assim ou não, falou que há um arruamento novo, que será construído um arruamento novo a partir de Nossa Senhora de Fátima e eu concordo. Agora este arruamento que está aqui previsto e que foi previsto pela ERSUC não é um arruamento novo! É um arruamento assente num arruamento já existente.

Arruamento novo é de facto a proposta Norte. E eu gostaria de saber se o Senhor deputado também aí concorda que deve ser construída a proposta Norte que efectivamente é um arruamento novo ou no caso de existir uma solução de compromisso, se essa solução de compromisso, não deve utilizar os arruamentos já existentes, porque se utilizar os arruamentos já existentes não é obviamente um arruamento novo. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰⁴⁶

“São duas coisas. Primeiro de facto reiterar só a última posição do deputado Coimbra, de facto tem que haver aqui alguma unanimidade em relação a esta matéria.

Unanimidade que não houve e era essa a questão que lhe queria levantar, era perguntar se desconhece, afirmou que houve muita discussão pública. Eu francamente não quero crer naquilo que ouvi. Porque a decisão da Unidade de Tratamento Mecânico/Biológico se situar em Aveiro foi feita com o desconhecimento, repito, com o desconhecimento de todos os aveirenses, incluindo a Assembleia Municipal.

O senhor vereador Pedro Ferreira, que tem assento no Conselho de Administração da ERSUC, não deu sequer conhecimento em reunião de Câmara que tinha sido feita essa escolha! Não deu!

E isto é preciso que se diga. Durante a elaboração do estudo, que só o Senhor Sesnando é que sabe que havia (diz tinha um CD), mais ninguém sabia que havia CD nenhum. Aliás, não estava nada escrito, o CD é etéreo. Ninguém sabia que se estava a ser feito estudo nenhum. Vamos lá ver se nos entendemos.

A discussão em Aveiro desencadeou depois de ser distribuído o estudo de incidências ambientais por parte do PS. São factos senhor deputado! São factos.

Em relação à história da estrada. Eu francamente, a mim a questão que se coloca é esta: e é isso que eu queria perguntar ao líder de bancada do PSD, que é o que me parece que é a questão relevante. Faça-se a estrada, não é depressa não, faça-se a melhor estrada possível. Ou seja, o traçado de uma estrada com aquelas características e naquele território deve obedecer a um critério de planeamento (de certeza que está de acordo comigo). Aquilo que foi dito em reunião de Câmara pela boca do Senhor Presidente, foi que esta estrada ao contrário do que disse que é um traçado dedicado (foi a expressão que utilizou), o Senhor Presidente de Câmara na altura, para justificar a abertura deste traçado, disse que ele iria dinamizar em termos de desenvolvimento aquela zona interior do concelho, porque não tinha lá nenhuma estrada digna para esse efeito. Aquilo que lhe pergunto é: tinha conhecimento disto? Seguramente que não tinha!”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁴⁷

“Vou voltar a repetir aquilo que disse... não sei, às vezes estão se calhar distraídos. É se calhar o ruído de fundo que eu ouço vindo daquele lado. é isso.

Estão distraídos e depois não ouvem aquilo que eventualmente se diz. Já se disse várias vezes, mas tenho todo o gosto em dizer outra vez. O Tratamento dos lixos, hoje em dia, passa por

aproveitar tudo o que pode ser aproveitado, no final o que é que fica? O próprio relatório aqui diz: 20 a 30% são inertes e os inertes vão para o aterro.

Por isso não tem perigosidade absolutamente nenhuma, ao contrário daquilo que existe hoje com o aterro que nós temos em Taboeira. E por isso há aqui um conjunto de dados novos, de soluções novas, que obedecem àquilo que hoje são os conhecimentos para o Tratamento dos lixos e de aproveitamento total dos diferentes materiais que são rejeitados pela população em geral. Sejam os resíduos biológicos que depois serão fermentados, seja a recolha dos plásticos, seja a recolha dos metais, seja a recolha de todo um conjunto de diferentes materiais.

No final o que é que fica? No final fica um conjunto de materiais inertes sem perigosidade alguma. Por isso está resolvido o problema da reciclagem.

Quanto à questão do arruamento. A questão do arruamento é necessário haver um arruamento dedicado.

A solução que é apresentada pela ERSUC não é uma solução que agrada à Comissão — e está referido no relatório por que é que não agrada à Comissão.

Não agrada à Comissão porque parte é na estrada N235 e porque passa relativamente próximo de algumas zonas com habitações. E por isso a Comissão prefere que não seja essa a solução adoptada.

Agora o que é um facto, é que é para essa estrada que há um estudo! Não há mais nenhum estudo para nenhuma outra estrada. Por isso do meu ponto de vista a leitura que faço é que podemos não ter tempo desde Julho de 2010 a Março de 2011, de ter uma estrada feita, se eventualmente não for essa. E não é preferível ter essa estrada do que não ter outra?

Bom, isto é, sou eu numa apreciação política desta questão, que não sou técnico, e por isso enquanto político apelo aos técnicos, por isso apelo à Câmara Municipal, que junto dos seus serviços possam estudar esta outra proposta alternativa, que é desde a saída da estrada (não da EN235) da variante quando entronca com a EN235 na zona da Arrôta, para que possa fazer uma estrada que vai ao encontro daquilo que são as preocupações da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que nós comungamos, mas que eventualmente possa ter um traçado que possa resolver ser muito mais directo. E por isso que seja uma estrada que também por si só seja dedicada e não traga absolutamente problema nenhum.

Por último o estudo. Eu volto a frisar: houve um amplo debate acerca da instalação da Unidade de Tratamento Mecânico/Biológico na Assembleia Municipal de Aveiro e no município de Aveiro. Eu volto a frisar isso porque é a verdade. Nós discutimos o relatório do Prof. Carlos Borrego, que era o relatório do IDAD. Nós tivemos conhecimento de outros relatórios. A Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima pediu um outro relatório, um estudo independente a outros colegas do Departamento de Ambiente, a própria Quercus pronunciou-se, participou em debates sobre este assunto.

Agora nós gostamos sempre que haja mais debates. É verdade que queremos sempre muito mais debate! Mas houve debate o suficiente para que o poder político tivesse tomado uma decisão e é isso que eu me refiro e é isto que eu quero voltar a afirmar aqui. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁴⁸

“Senhor Presidente, senhores deputados. Referir-me aqui a algumas questões tentando ser sucinto. Quanto à questão do traçado do TGV. Os próprios estudos de incidência ambiental referem na sua conclusão que o traçado do TGV deverá ser articulado com a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico da ERSUC. Estamos confiantes até pela restrição das medidas que foram feitas para aquela área que não haverá nenhum problema em relação a isso e todos os processos têm sido tratados entre a ERSUC e a RAVE para que isso aconteça.

Quanto ao modelo de gestão da AdRA. Concordo inteiramente que o modelo não é o correcto. Mas infelizmente este é um processo que já passou pela agora ERSAR sem resolução. E portanto para já continuaremos a fazer da forma que tem sido feito.

O Dr. Marques Pereira falou do Senhor Presidente da ERSUC. Eu não sei se conhece a Senhora Presidente da ERSUC. Mas acredito que tenha tido várias conversas, porque eu soube delas, assim como o senhor Administrador Delegado da ERSUC, só para termos essa correcção.

Como é óbvio, sendo eu elemento da Administração da ERSUC, todos aqueles documentos que lhe foram entregues, foram também com a minha concordância. E foram documentos que absolutamente seriam sempre públicos. E foi sempre esse o pressuposto. Tanto que senhor deputado e senhores deputados, esse estudo foi pedido por mim em reunião de Conselho de Administração, poderão ler as actas, quem pediu esse estudo fui eu e, portanto, estou de perfeita consciência daquilo que foi feito.

Esse estudo foi pedido em 2006, aquando da decisão do senhor Ministro do Ambiente e na altura do Ordenamento do Território, que definiu que seria o modelo de Tratamento Mecânico-Biológico, seria feito pela ERSUC.

Só também dar esta nota. Houve vários debates, houve um debate aqui na Assembleia Municipal que acabou às 3 da manhã, que eu recorde-me perfeitamente desse debate. Foram feitas várias sessões. Julgo que o assunto tem sido daqueles mais escarpelizados politicamente em Aveiro — ainda hoje o estamos novamente a debater e está ele em construção.

Quanto à questão da estrada que sai da EN225, dizer-lhes isto: o modelo ou o traçado que foi na altura estudado pela ERSUC foi fruto de um consenso também com a Câmara e a Junta de Freguesia da altura. E portanto quando o senhor Presidente da Junta agora refere um outro traçado, esses traçados estiveram os dois em cima da Mesa. Na altura a Junta pronunciou-se em relação a este que estava em cima da Mesa (mas como é óbvio o senhor Presidente com certeza irá falar isso). A ERSUC está disponível e é sua intenção e seu objectivo, que esta estrada esteja em funcionamento vários meses antes de começar a laboração da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico.

Uma nota, o Dr. Pires da Rosa disse que a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico era boa para o PSD e disse que era má para o PS! Julgo que foi isso que transmitiu. E eu gostava de lhe dizer que de facto a Unidade Mecânico-Biológica é má para o PS! Então e na altura era boa a incineradora?

Quanto ao Cluster! Quanto ao Cluster deixe-me dizer-lhe que o cluster é do Ambiente. E acho que aquilo que disse fica-lhe mal. Mas fica com quem disse. Este cluster do Ambiente que eu defendia e defendo que seja do Ambiente/Energia, é um Cluster importante para Aveiro.

Um Cluster em que Aveiro tem várias empresas que são já líderes a vários níveis. Em que a Universidade de Aveiro é líder também. E na altura eu apreciei muito que o Dr. Marques Pereira na altura vereador da Câmara de Aveiro, também tenha defendido em termos do chamado parque ambiental de Aveiro, que eu acho que deveria ser e deve ser uma realidade, porque nós temos grandes hipóteses nesta área, não dos lixos mas do Ambiente.

Um dos exemplos é o trabalho que tem sido desenvolvido entre a ERSUC e a PORTUCEL, para futuramente aproveitarmos matéria-prima que será oriunda da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico para a produção de energia. Este é um dos exemplos. É por isso que o entendo como Cluster e é um Cluster do Ambiente. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara ⁰⁴⁹

“Senhor Presidente, senhores deputados, permita-me que comece por felicitar a Comissão, o seu trabalho, a qualidade do documento que elaboraram, que aqui nos fizeram chegar. São documentos assim que dignificam a vida pública e que valorizam o trabalho dos autarcas eleitos.

Permitam-me que comece com uma nota prévia. Como membro desta Assembleia Municipal, estive aqui muitos anos, e já no desempenho destas funções, ouvi aqui muitas vezes o alerta, o pedido, a insistência de muitos membros da Assembleia que questionavam quando é que a Câmara tem coragem de resolver aquele gravíssimo problema daquele ‘aterro’ que está ali em

Taboeira e que nunca mais se resolve, e que está a esgotar a sua capacidade? A Câmara tem que pegar nisso e a Câmara tem que resolver.

Ouvi aqui isso muitas vezes de muitos senhores deputados. Ouço isso naturalmente com maior frequência da parte dos Senhores Presidentes de Junta de Cacia, Esgueira, de Eixo, que nos vão sempre alertando para a necessidade e para a urgência de ser encontrada uma solução para aquele gravíssimo problema ambiental que aqui temos em Aveiro — e que é um problema nosso.

Dizer-vos também que este projecto da Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico, não surgiu para resolver o problema da dívida da Câmara; não surgiu para se fazerem mais obras no nosso concelho. Este projecto da Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico surgiu exactamente para solucionar, para resolver, um problema gravíssimo que nós temos em termos ambientais.

E se temos um problema gravíssimo há duas soluções: ou o problema não é nosso, os outros que resolvam o problema, ou naturalmente independentemente dos ónus, dos problemas, das dificuldades que possamos vir a ter, é enfrentar o problema e tentarmos trabalhar para aquilo que há pouco foi designado “um concelho com princípios ecológicos.”

Quanto às contrapartidas. Eu já disse isto inúmeras vezes e permitam-me que o reafirme aqui. As instituições públicas têm deveres especiais e um deles parece, é não andarem na praça pública, duas instituições públicas, duas entidades públicas, a exigir contrapartidas umas às outras. Acho que não dignifica. Acho que não eleva. Acho que não valoriza nenhuma das entidades entrar nesse percurso de contrapartidas e de exigências na praça pública.

É evidente que uma obra desta natureza, com esta envergadura, com estas consequências, traz naturalmente investimentos complementares que são indispensáveis ou que são necessários ou que são importantes, para que esse equipamento possa funcionar com o mínimo de razoabilidade.

Neste caso concreto, é evidente que o Aveiro/Águeda é um desses equipamentos que naturalmente com o surgimento desta obra se torna indispensável. O acesso a Sul na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, para evitar a passagem por Mamodeiro, é outra ligação naturalmente exigível para uma obra desta natureza. A requalificação de diversos pavimentos é naturalmente outra situação que decorre com naturalidade e que naturalmente irá acontecer.

Quer dizer o quê? Quer dizer que neste processo, podemos ter um investimento que é importante para Aveiro. Podemos ter um investimento que resolve um gravíssimo problema que nós temos. E podemos ter mais-valias que são naturalmente importantes. Este processo não é naturalmente um processo fácil. Naturalmente nós não tínhamos gosto nenhum em nos metermos a resolver uma questão destas. Mas nós temos um problema concreto à nossa frente que é o lixo produzido todos os dias. E cada um de nós que aqui está, em média, em termos estatísticos, produz todos os dias um quilo e duzentas gramas de lixo. E esse lixo tem que ir para algum lado. Isto dá três mil e seiscentas toneladas de lixo que é produzido, em termos mensais dá quase cinquenta mil toneladas de lixo que é produzido só no nosso concelho e ele tem que ir para algum lado.

Ou vai para um aterro a céu aberto para nós apreciarmos aquela beleza, ou vai naturalmente para um equipamento de elevada qualidade. Tanto mais que como sabem este sistema de Tratamento é o único sistema de Tratamento que recolheu o parecer ou recolhe o parecer favorável de todas as entidades da Universidade, das instituições ambientalistas — todos são favoráveis a este sistema de tratamento.

Recordam-se quando foi há cerca de quatro ou cinco anos, houve aqui algumas iniciativas para instalar uma incineradora em Aveiro, recordam-se que na altura os movimentos ambientalistas, todos, se posicionaram contra aquela solução. E todos eles diziam assim: - Somos contra a incineração, somos a favor de uma Unidade de Tratamento Mecânico–

Biológico. Portanto aqui também houve esta preocupação de respeitar e de termos então o tal concelho ecologicamente correcto como aqui foi dito.

Quanto às questões aqui colocadas e às preocupações da Comissão; são também preocupações nossas. Em termos de acessibilidades há aqui pelo menos duas questões mais importantes que tem naturalmente que se encontrar uma solução.

A primeira tem a ver com o tal acesso dedicado que está previsto. Sai a Sul a partir de Nossa Senhora de Fátima e que cria uma acessibilidade independente, no sentido de não passar por casas, não perturbar o trânsito local. Como sabem houve diversos contactos, já no anterior mandato, entre o executivo e a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. É evidente que a questão do novo arruamento é uma questão de planeamento. Mas começa também por ser uma questão em que é importante ouvir os autarcas eleitos nas respectivas freguesias. Esse diálogo que houve, como sabem com as eleições de Outubro, foi interrompido. Foram eleitos novos responsáveis em Nossa Senhora de Fátima e houve naturalmente, como consequência das eleições e dos resultados eleitorais que se verificaram, e da alteração que se produziu, houve naturalmente a necessidade de reabrir, de retomar todo esse processo que tinha acontecido com a autarquia anterior. E quero aqui saudar o Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, o Senhor Antero, pela abertura, pelo empenho, pela disponibilidade, pela atenção que tem tido neste processo. Tem prestado toda a sua colaboração. Tem sido o intermediário entre o executivo municipal e o executivo da sua freguesia e o deliberativo da sua freguesia, no sentido de se procurar aqui uma solução. Neste momento, como o Senhor Antero aqui referiu e muito bem, há em cima da Mesa três hipóteses. Vou seguir o percurso que o senhor Antero definiu e corrija-me se não estiver a dizer bem.

A hipótese A) – hipótese a Sul. A hipótese B) - Penso que será a do meio naturalmente, seguindo a lógica das letras. E a hipótese C) - será mais a Norte. Dessas já nos entendemos quanto a uma. Isto é, aceitámos consensualmente que a A é de excluir.

Portanto neste momento de facto só há duas propostas em cima da Mesa, duas propostas em discussão e penso que grande parte do mais difícil de todo este processo de articulação está a ser ultrapassado.

Como é evidente está a ter o acompanhamento técnico. Está a ter acompanhamento em termos de planeamento, tudo isso que se discute. Mas penso eu, estamos em condições de conseguir aquilo que é importante que aqui foi dito. E o importante é rapidamente tomar-se uma decisão quanto a esse percurso, quanto a essa via dedicada, para que possamos informar o compromisso da sua construção. É assumido pela ERSUC que tem de construir esse novo arruamento, e esperemos que muito em breve. E penso que estamos aqui os dois para assumir isso senhor Antero muito em breve. Aquilo são pequenos pormenores que estão aí pendentes, iremos resolvê-los e iremos naturalmente fazer chegar à ERSUC a informação então da decisão final quanto a esse acesso dedicado à Unidade de Tratamento Mecânico Biológico.

Quanto à questão do Aveiro/Águeda. O Aveiro/Águeda foi um processo em que foi correndo os seus percursos. Houve a sua inclusão no Plano Rodoviário Nacional, porque como sabem em 2000 o Aveiro/Águeda saiu, foi excluído, do programa rodoviário nacional. Daí a primeira tarefa, a primeira missão antes disto tudo, foi inclui-lo no Plano Rodoviário Nacional, porque tem de estar no Plano Rodoviário Nacional.

Houve essa inclusão, houve apresentações oficiais, veio aqui o Senhor Ministro aqui e a Águeda, penso que com toda a boa vontade, com toda a convicção de que era para fazer. Foi aberto concurso internacional. Foram entregues as propostas.

Ainda há dois, três meses, tivemos nas Estradas de Portugal e havia a informação de que estava tudo a correr normalmente e que era para avançar, de que ia avançar. Portanto havia essa convicção firme. Não temos neste momento essa certeza. Não temos e há objectivamente aqui algum receio que essa ligação não se possa vir a concretizar. Nesse sentido, como é evidente e já reunimos em Lisboa com a tutela, já manifestámos a nossa posição sobre isso. Já reunimos com a Câmara Municipal de Águeda também em relação a esse assunto.

Naturalmente o Aveiro/Águeda tem que ser construído. Tem que ser construído. E é evidente se não for estaremos cá, estamos cá para vincar a nossa indignação, a nossa incompreensão, o nosso repúdio, se não for construída. Porque não faz naturalmente nenhum sentido que não seja construído. E acredito que iremos ter força para conseguir que os governantes cumpram com as suas promessas e cumpram com as suas obrigações e nós também estamos cá para isso. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁰

“Ingenuidade minha, pensei que nós estávamos a discutir o relatório da Comissão, mas o que assisti em grande parte deste debate foi a um retomar de questões muito para além do Relatório. E já que se optou por esse caminho, eu não posso deixar de suscitar uma evocação. Disse há pouco o Senhor Presidente da Câmara que (não vou repetir as palavras, não tenho essa capacidade, mas o sentido foi este) temos um problema com o aterro em Taboeira e que portanto devemos resolvê-lo.

Eu acho que o erro de fundo é esse mesmo. É esse mesmo, porque o aterro sanitário controlado de Taboeira, não é um problema de Aveiro. É um problema de todos os concelhos que depositam o lixo nesse aterro. É um problema da ERSUC enquanto empresa concessionária.

É evidente que quem sofre as consequências, os maus cheiros das situações mais desagradáveis, esse sim é o povo de Aveiro.

Agora o problema de Aveiro era a lixeira que lá estava antes de nós concordarmos com a criação do aterro sanitário em Taboeira. Eu serei dos poucos membros da Assembleia Municipal que esteve enquanto membro da Assembleia no processo da constituição da ERSUC e no processo decisório (não sou o único obviamente, mas sou dos poucos) no processo de criação do aterro. E penso que ninguém me desmente e se for caso disso vamos às actas, que subjacente e textualmente associado à criação do aterro (controlado) de Taboeira, estava a ideia de que terminado o período de vigência, seria outro concelho a assumir o ónus da localização da solução que entretanto fosse implementada.

Ora eu gosto muito destes apoios que são soprados aqui pelo Partido Socialista, mas eu lembro que a falta de lembrança deste compromisso, a falta de trazer para a primeira linha da defesa dos interesses de Aveiro o cumprimento desse objectivo e o cumprimento do encerramento do aterro em 2008, a falta de exigência e a falta de trabalhar para outra solução e de exigir outra solução, é que leva a que tenhamos hoje novamente no concelho de Aveiro a nova implementação.

É evidente, eu também acho que é uma solução melhor do que a do aterro controlado. Mas podia perfeitamente estar noutra concelho, cumprindo o compromisso que foi assumido quando da constituição da ERSUC.

E acho que é esse compromisso que devemos lembrar e lembrar sempre, sempre.

O Senhor Presidente já disse que a ERSUC deverá pagar. Ainda bem, pois eu não vejo de modo nenhum a ter de ser o município a arcar com as consequências e com custos acrescidos. Senão digo-lhe desde já “portagem essa estrada para os camiões dos municípios que vêm depositar à ERSUC”. Não é admissível que não só tenham a disponibilidade territorial e sofrer o ónus da instalação, como depois ainda tenhamos que ser aborrecidos com isto. Inadmissível!”

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁵¹

Vogal Ernesto Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵²

“Penso que estamos a chegar à parte conclusiva da análise deste relatório, embora realmente foi uma Assembleia bastante dispersa, como já foi referido aqui. Porque realmente o assunto fulcral era realmente uma análise do relatório e portanto andámos aqui a divagar, quase desde há quatro anos ou cinco anos atrás, quando se avançou com a criação da Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico e com o aterro de Taboeira, etc., etc. Eu só quero reforçar que realmente a Câmara tem que de certa forma impor e exigir que realmente o acesso seja feito de qualquer das maneiras e com a rapidez possível.

Talvez como a gente diz aqui no nosso relatório, para que a ERSUC execute a elaboração da estrada, porque se realmente nós vamos deixar que a Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico inicie as suas funções sem os acessos feitos, ainda por cima com sete ou dez concelhos que vão alimentar aquela Unidade de Tratamento, não é só a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima que vai sofrer, vão sofrer todas as freguesias circundantes e todos os acessos e todo o concelho de Aveiro.

É urgente que realmente a Câmara se imponha e exija que só deixa abrir a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, depois dos acessos ou de um dos acessos minimamente comportável esteja executado. Era isso que eu queria que saísse daqui reforçado e que está especificado no nosso relatório.

Escusamos de estar a falar em Taboeira e ERSUC e como é que isso foi criado, etc. O importante está no nosso relatório, isso é que é o importante para toda esta sessão. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵³

“Algumas notas. Primeira nota, em relação àquilo que disse o vereador Pedro Ferreira. Primeira questão, eu não me recordo de ter havido nenhuma deliberação de Câmara que lhe desse mandato para escolher Aveiro como sendo o município a receber uma Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico. E daí o facto de dizer a toda a gente e a quem me pergunta, que não houve discussão nenhuma acerca dessa matéria.

Segundo, concordei consigo numa segunda instância, porque apresentou-se um facto consumado aos aveirenses de que Aveiro ia receber uma Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico em Eirol. E aquilo que eu alertei foi para que no PDM existia uma mancha em Eirol para uma zona industrial e eu disse - já que se vai sobrecarregar aquela área com uma Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico, aproveitando a revisão do PDM, que se reformou toda aquela área para se aproveitar as sinergias da Universidade e pelo menos tentar ali potenciar alguma coisa que traga ali uma mais-valia. Foi nesse sentido, far-me-á justiça para dizer isso.

Bom, outra questão, a questão do CLUSTER. Foi uma expressão utilizada por mim na sequência de uma afirmação sua também, de que a Câmara estaria a negociar a implantação também de um aterro em Aveiro, que não o aterro complementar à Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico, mas um aterro para deposição de resíduos industriais não perigosos!?

Esse sim, penso, e agora corrigir-me-á se estiver a ser impreciso, na zona de Requeixo. Aquilo penso que até eram oito artigos rústicos que estavam em causa os terrenos onde eram implantados. Tenho esta ideia. Corrigir-me-á se é verdade ou não. Queria saber o ponto da situação dessa questão, porque à época, a questão que eu levantei era a seguinte: então mas faz sentido agora que Aveiro para além de ter a sobrecarga da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico receba agora ainda este aterro e ainda vamos ter Taboeira por fechar? Estas foram as questões que levantei.

Ainda agora aquilo que referiu o Senhor Presidente da Câmara. Dizer Senhor Presidente, que de facto nós temos uma divergência de fundo em relação a esta questão. Aquilo que o Senhor Presidente aqui disse não é divergência nenhuma, merece o acordo de toda a gente e meu. Produz-se lixo é preciso tratar do lixo. Não há dúvida nenhuma sobre isso.

Os números que cada pessoa produz de lixo! Não há dúvida sobre isso. Isso nunca foi uma divergência entre nós. A divergência existe, porque vossa excelência nunca esclareceu, porque é que foi Aveiro a receber a Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico e não outro município limítrofe, que era o lógico no âmbito da solidariedade regional que presidia a esta matéria desde o início, quando foi implementado o aterro sanitário de Taboeira. Que aliás alerta vossa excelência, porque é uma questão de responsabilidade política, que não deve tratar esse aterro como lixeira, porque aquilo não é uma lixeira. Lixeira era o que existia no passado. Houve soluções de aterros sanitários, com deposição de detritos controlados, aliás foram lá depostas coisas que não deveriam ter sido, de facto o impacto negativo é porque ele agora está sobrelotado e esgotado, tem as ditas montanhas, com aquela passarada toda que nós lá vemos. Isso de facto não era para existir, mas existindo e tendo sido utilizado correctamente, era um aterro sanitário com um impacto ambiental, mas controlado.

Por último alertava para o seguinte e era uma discussão que já tive em outras situações. Eu não levanto o papão ambiental de que vai acontecer uma catástrofe. Aquilo que eu digo e reitero é o seguinte: se todos os procedimentos técnicos relativos à reciclagem e deposição dos resíduos feitos na Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico forem feitos correctamente e de acordo com as normas que presidem a isso, seguramente não teremos problemas, nomeadamente nos resíduos que serão depositados em aterro, que serão secos, não se irão decompor e portanto não produzirão escorrências, nomeadamente para as ribeiras limítrofes, nem infiltrações.

Aliás eu quero recordar em abono da verdade, aquilo que me disse o Prof. Carlos Borrego. O Prof. Carlos Borrego disse-me que aquilo tem uns sensores sísmicos! Eu acho que era importante dar esta justificação para que não houvesse dúvidas. Se houvesse um sismo, não ficaria cá ninguém para contar a história das infiltrações. Portanto teria que ser uma coisa de uma magnitude elevada. E portanto eu reitero esta questão, a existir uma Comissão no futuro para o funcionamento da Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico é importantíssimo para o interesse municipal que se assegure uma efectiva monitorização do seu funcionamento. Isto é que é muito importante e decisivo para o nosso futuro colectivo. Disse.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [054_055](#)

“É muito breve. É só para também sublinhar. Falou-se muito em relação ao ponto, e nós não estamos a divagar. É evidente que um dos interesses da Comissão era com a sua apresentação dos seus relatórios, nos fizesse também ir pensando, nós próprios Assembleia, irmos acompanhando esse processo. É para isso que nós cá estamos. É para isso que nós cá estamos! E nesse sentido ó Senhor Presidente, eu não gosto que me façam passar por burro. Não gosto, que é uma coisa que me chateia e acredito que não tenha tido essa a intenção. Mas não aceito que a Câmara Municipal, o Senhor Presidente e o vereador que expôs em nome da Câmara, nos queiram fazer passar e para fora, que o problema do lixo é um problema só de Aveiro e que temos o problema do aterro, é só para o lixo de Aveiro que a Unidade de Tratamento Mecânico–Biológico só vai servir Aveiro — quando Aveiro tem uma percentagem reduida no problema do lixo que lá vai ser tratado.

É evidente que Aveiro também dá o seu contributo. Mas nós demos doze anos, doze anos para esta matéria e não temos o discurso do “no meu quintal não.” Agora nós já temos o nosso quintal. O nosso quintal é um aterro sanitário por doze anos. Oliveira de Azeméis vem cá pôr o lixo e a Sul não sei até onde é que vai, mas se calhar até Leiria, não faço ideia! Não? Então pronto, lá calha, até Mira pelo menos. Mira não? Então até onde é que vai senhor vereador? Pronto até Vagos. De Vagos a Oliveira de Azeméis toda a gente põe aqui o lixo. Eu pergunto,

qual é o contributo desses municípios? Nós levamos com doze anos com o aterro sanitário. Nós temos o problema e o senhor Presidente fez questão, devia-me ter feito um bocadinho de justiça, porque eu depois até levei um epíteto de dizer que vinha ai o filme dos pássaros do Hitchcock, ainda brincaram comigo com graça devo dizer no Diário de Aveiro, quando se fechar o aterro, o problema que isso vai implicar, continuo a manter esta mesma questão. Mas devo dizer o seguinte, o senhor Presidente da Câmara, eu admito que tenha lembranças, mas a doer, dizer-lhe que não era presença assídua nas Assembleias Municipais. Não era presença assídua nas Assembleias Municipais. Mais, quase que aposto que não deve ter feito a votação na Assembleia Municipal nessa Assembleia em que se fez essa decisão. Quase que aposto, porque a probabilidade de eu estar correcto é muita, porque o senhor Presidente no mandato de 2001/2005 nem se fazia substituir, raramente vinha um substituto.

E só o seguinte. O senhor vereador Pedro Ferreira diz - fui eu que pedi o estudo. E se formos ver às actas o Dr. Pedro Ferreira pediu o estudo! Mas é que não esperava outra coisa. Quero dizer, era o mínimo! Era o mínimo! Era só e apenas o mínimo! Devo-lhe dizer Dr. Pedro Ferreira, que fica o Dr. Pedro Ferreira pessoalmente e este executivo do PSD e do CDS/PP responsáveis politicamente pela instalação em Aveiro de uma Estação de Tratamento Mecânico-Biológico. E pelo facto de ser em Aveiro essa responsabilidade política é vossa e só vossa, porque vocês é que escolheram esse lugar. Estiveram disponíveis para isso e não tiveram a intenção que nós já tínhamos dado para esse contributo no âmbito da solidariedade regional e não souberam defender os interesses de Aveiro.

Deixava como pergunta à Câmara no final da minha intervenção, porque não ficou claro se esta Câmara, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara vai acolher ou não, o que me pareceu ser a sugestão unânime de toda a Assembleia, que foi protagonizada na proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal, para o facto de terem em atenção o início de laboração da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, em relação as acessibilidades que são necessárias e imprescindíveis.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁵⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Rapidamente só reforçar aquilo que já disse e de realçar o interesse da Câmara Municipal de Aveiro em resolver já o problema, como aqui ficou demonstrado que há já um entendimento entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima — e tenho a certeza que com isso também poderemos ter o interesse da ERSUC para resolver este problema. E por isso aqui esta estrada possa ser uma realidade e também todas as outras acessibilidades e a monitorização e estas coisas todas que nos preocupam a todos sejam também bem tratadas pelo município de Aveiro e que todos saibam honrar os seus compromissos com esta instalação da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico no nosso município. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa ⁰⁵⁷

“Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara se entender algo por conveniente. Não tendo, depreendemos e antes de encerrar este Ponto da Ordem de Trabalhos, há uma solicitação à Assembleia Municipal e que muito concretamente a Mesa interpreta como deliberação da continuidade dos trabalhos da Comissão Eventual de Acompanhamento da UTMB até ao primeiro dia de funcionamento, mais do que referirmos até Março de determinado ano — uma vez que acabamos até aqui de concluir que seguramente haverá atraso no início da sua laboração. Assim, é a continuidade no Acompanhamento da Instalação, até nova deliberação, os trabalhos da Comissão Eventual de Acompanhamento para a Instalação da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação os considerando relativos ao Ponto 3, do seguinte teor:

«A Assembleia Municipal de Aveiro, delibera a continuidade dos trabalhos da Comissão Eventual de Acompanhamento para a instalação da UTMB, até nova conclusão». Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁵⁸, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião da Sessão Ordinária de Junho, informando que a próxima reunião será no dia 09 de Julho (6.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 23:00 horas do dia 07 de Julho de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:30)